

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT06.001

DISCUSSÕES SOBRE A LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO ESCOLAR: LEVANTAMENTO E REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Isabela Santos Albuquerque¹
Simone Silveira Amorim²
Paula Vanessa Franco Macedo³

RESUMO

Este estudo estabeleceu uma reflexão sobre a aplicação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar na Educação Básica brasileira. A bibliometria foi escolhida como opção metodológica por ser um método de análise quantitativo para a pesquisa científica, que favorece um diagnóstico acerca da contribuição do conhecimento científico constituído num período, numa dada temática ou área do conhecimento. Assim, foi feita uma pesquisa no Banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre 2019-2021, utilizando as seguintes categorias de análise: Currículo; Livro didático e paradidático; e Prática docente, sendo encontradas 34 pesquisas relacionadas à temática e, destas, 20 estavam conectadas com as categorias propostas. A reflexão teórica foi construída a partir dos estudos de Gomes (2007, 2012, 2019), Quijano (2005), Munanga (2005, 2015), Silva (2005). Este trabalho reforça a relevância da bibliometria para diagnosticar a produção científica numa temática ou área do conhecimento. Outro ponto refere-se à reflexão das pesquisas para o conhecimento de quais ações e/ou discussões estão sendo implementadas no estudo e compreensão da Lei 10.639/2003 na Educação Básica, podendo-se citar: O ensino da história e cultura afro-brasileira; Literatura e cultura afro-brasileira; Práticas de ensino étnico-raciais no currículo escolar; A construção

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes - SE, isabela.albuquerque@souunit.com.br;

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - SE, simone.silveira@souunit.com.br

3 Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia - BA, paulavsfranco@gmail.com

da identidade; e Utilização do livro didático e a cultura afro-brasileira. Este trabalho enfatiza a relevância dos estudos sobre a Lei para a Educação Básica brasileira, porém cabe mencionar que percebeu-se a necessidade de avanço e desenvolvimento de ações capazes de minimizar as desigualdades relacionadas à identidade e cultura afro-brasileira ainda presentes na conjuntura do Brasil.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003, Bibliometria, Currículo, Livro didático e paradidático, Prática docente.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/2003 foi criada há 21 anos no Brasil como forma de assegurar a discussão e, conseqüente, adoção de estratégias didático-metodológicas sobre a questão da “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo escolar na Educação Básica (BRASIL, Lei 10.639/2003), alterando, portanto, a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN). Tal temática é de suma importância num país que tem em seu processo de formação sociocultural a contribuição efetiva dos povos africanos.

Inicialmente, a Lei 10.639/2003 abordou que o debate sobre a história e cultura afro-brasileira seria realizado no âmbito das “áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, Lei 10.639/2003, Art. 26-A, § 2o). Após mais de 20 anos de sua implementação, será que há uma discussão profícua sobre a temática em tela? Quais mudanças aconteceram no currículo escolar da Educação Básica brasileira desde a sua criação até a atualidade? Esses são alguns questionamentos que impulsionaram a escrita do presente artigo.

Munanga (2015), no artigo intitulado **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** diz que a história desses povos e sua “rica diversidade cultural” foi preterida “em nome de um monoculturalismo” (p. 20), reforçando a necessidade de trazer à tona no currículo escolar uma discussão capaz de romper com esse viés limitante, afinal é preciso considerar que:

As velhas migrações e o tráfico negreiro juntaram num mesmo território geográfico descendentes de povos, etnias e culturas diversas. Há cerca de meio século os fenômenos pós-coloniais provocam novas ondas migratórias dos países pobres e em desenvolvimento, principalmente africanos, em direção aos países ricos desenvolvidos da Europa e da América do Norte. Tanto as antigas migrações combinadas com o tráfico negreiro e a colonização dos territórios invadidos, quanto as novas migrações pós-coloniais combinadas com os efeitos perversos da globalização econômica, criam problemas na convivência pacífica entre os diversos e os diferentes. Entre esses problemas têm-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias, notadamente religiosas (MUNANGA, 2015, p. 21).

A partir do exposto, Munanga (2015) aborda que efeitos perversos advêm quando a diversidade é desconsiderada, a exemplo da xenofobia, do racismo e da intolerância, os quais conduzem, comumente, a vulnerabilidade de uma

determinada população. Por isso, é fundamental primar pelo multiculturalismo, o qual deve ser definido como “a busca de uma comunicação e de uma integração parcial entre os conjuntos culturais não reconhecidos na formação da cidadania” (p. 21-22).

Munanga (2015) menciona ainda que a “análise crítica da historiografia brasileira [...] mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu e dos brasileiros de ascendência europeia” (p. 25), por isso é importante lançar esforços para se edificar a constituição de uma identidade racial, como forma de contribuir, inclusive, para “uma educação e uma socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares” (MUNANGA, p. 25).

A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, destaca a necessidade de reconfigurar o currículo de maneira a incluir, de forma significativa, essas narrativas historicamente marginalizadas. Afinal, os currículos não se limitam a conteúdos prontos para serem simplesmente transmitidos aos estudantes. Eles são o resultado de uma construção que envolve a escolha de conhecimentos e práticas surgidos em contextos específicos. Essas escolhas têm o objetivo de preparar os estudantes para viverem em um mundo globalizado, ao mesmo tempo considerar os valores regionais e desafios cotidianos que eles trazem consigo. Além disso, o currículo está em constante transformação, sendo influenciado por novas circunstâncias e reavaliado de acordo com o contexto histórico.

A inclusão de conteúdos que abordem as contribuições africanas e afro-brasileiras no currículo escolar visa não apenas corrigir uma lacuna histórica, mas também valorizar a identidade e a cultura afrodescendentes, o que se faz indispensável para assegurar uma ressignificação e o reconhecimento das influências africanas que compõem a diversidade cultural do Brasil. Além disso, essa reformulação curricular é essencial para a construção de uma educação antirracista que possa transformar a escola em um espaço de resistência e valorização da diversidade. Nesse sentido,

há diversos conhecimentos produzidos pela humanidade que ainda estão ausentes nos currículos e na formação dos professores, como, por exemplo, o conhecimento produzido pela comunidade negra ao longo da luta pela superação do racismo, [...] o conhecimento produzido pela juventude na vivência da sua condição juvenil, entre outros. É urgente incorporar esses conhe-

cimentos que versam sobre a produção histórica das diferenças e das desigualdades para superar tratos escolares românticos sobre a diversidade (GOMES, 2007, p. 25).

Os livros didáticos e paradidáticos são instrumentos centrais nesse processo, uma vez que atuam como fontes primárias de informação para alunos e professores. Para crianças de baixa renda esse talvez seja o único recurso de leitura em sua casa. “Por outro lado, em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor” (SILVA, 2005, p. 23). Ademais, “o livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma maneira simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de segmentos sociais diversificados, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros (SILVA, 2005, p. 23).

A criação de materiais que tragam uma perspectiva mais ampla e positiva sobre a contribuição afro-brasileira ao longo da história é fundamental para o sucesso dessa política educacional. A produção de novos livros paradidáticos, com enfoques culturais e históricos mais inclusivos, também amplia as possibilidades de abordagem desses temas de forma interdisciplinar e lúdica.

A prática docente, por sua vez, é um dos principais desafios na implementação da Lei 10.639/2003, pois o número significativo de professores não teve acesso, durante a sua formação inicial, a discussões que abordassem de maneira efetiva as questões raciais e relacionadas à cultura afro-brasileira, levando-se em consideração a data em que a lei foi implementada. Como resultado disso, muitos educadores encontram dificuldades em trabalhar essa temática de forma significativa em sala de aula.

Assim, a formação inicial e continuada de docentes é essencial para fornecer o repertório pedagógico e teórico necessários para dinamizar a prática pedagógica, promovendo uma discussão voltada para a diversidade cultural no ambiente escolar. É crucial, ainda, que os profissionais da educação não apenas tenham acesso ao conhecimento sobre a história afro-brasileira, mas também estejam aptos para lidar com as dinâmicas raciais e de identidade presentes nas relações entre alunos e na própria escola, uma vez que a:

escola, instituição formadora, não nos socializa apenas no que se refere às questões do conhecimento científico, das artes, da literatura. Ela nos socializa também nas formas de nos relacionarmos

com o mundo, transmite valores, reforça ou subverte comportamentos, enfim, participa da nossa esfera dos desejos e da nossa subjetividade (GOMES, 2019, p. 610).

É fundante, portanto, que a escola seja um ambiente que acolha e problematize a discussão ora apresentada, focando na cultura afro-brasileira (e em outras) como forma de favorecer a edificação de um olhar multicultural, como abordou Munanga (2015), sensibilizando sua comunidade próxima e influenciando, gradativamente, outras esferas da sociedade.

Face ao exposto, o movimento negro tem um papel importante ao politizar e trazer consciência sobre questões raciais, “ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, este movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (GOMES, 2012, p. 733). Neste interim, Silva (2005, p. 22) reforça que:

cabe uma formação específica para o professor de Ensino Fundamental, com o objetivo de fundamentá-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.

Portanto, a implementação da Lei exige mais do que mudanças nos materiais didáticos e no currículo. Ela demanda uma transformação nas práticas pedagógicas cotidianas, onde o papel do professor é central. Ao incorporar a história e cultura afro-brasileira em suas aulas, os professores se tornam agentes de transformação social, podendo contribuir para uma sociedade mais equitativa.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi estruturada em três etapas distintas e complementares a saber: Primeiro - estudo bibliográfico e documental, objetivando fazer a fundamentação da discussão proposta. Para tanto, além da Lei 10.639/2003, as autoras procederam a análise e discussão de materiais dos seguintes autores: Gomes (2007, 2012, 2019), Quijano (2005), Munanga (2005, 2015), Silva (2005).

Em seguida, foi feita uma busca de pesquisas acadêmicas sobre o tema, utilizando-se da bibliometria, método de análise quantitativo para a pesquisa científica que favorece, por meio dos dados encontrados, um diagnóstico acerca da contribuição do conhecimento científico constituído, num período, sobre uma determinada temática e/ou área do conhecimento. Vale dizer que, para finalizar o delineamento metodológico, como terceira etapa, as autoras desenvolveram a interrelação entre a discussão teórico-documental e as pesquisas encontradas, o que pode ser visualizado ao longo do artigo.

A busca das pesquisas acadêmicas foi feita no Banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2019 e 2021⁴, a partir das seguintes categorias de análise: Currículo, Livro didático e paradidático e Prática docente. Foram encontradas 34 pesquisas relacionadas à temática em foco e, destas, 20 estavam conectadas com as categorias de análise aqui propostas (Quadro 1).

Vale dizer que, a partir da busca realizada, as autoras procederam com uma leitura analítica dos títulos, resumos, introdução, referencial teórico e considerações finais ou conclusão dos trabalhos, a fim de fazer um processo de triagem preliminar. A partir deste, foi dado prosseguimento à leitura analítica dos trabalhos, o que culminou com a seleção das 20 pesquisas que compuseram o arcabouço deste artigo. As demais pesquisas mantêm relação com outras categorias de análise relacionadas à temática central aqui debatida e serão utilizadas, posteriormente, em futuras discussões.

Quadro 1: Pesquisas sobre a implementação da Lei 10.639 de 2003 no currículo escolar

Nº	Autor	Título	Instituição	Ano	Categoria
1	Paulo Fabrício Roquete Gomes	Quais os impactos da Lei nº 10.639/03?: a voz e a vez de adolescentes dizerem o que pensam.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2019	Tese
2	Mírian Janaína Conde Carvalho	A compartimentação curricular na implementação da Lei 10.639/2003 em uma escola estadual de Ponte Nova – MG.	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2019	Dissertação

4 No processo de busca não foram encontrados trabalhos cadastrados anteriormente com os eixos pesquisados. As autoras pretendem realizar novas buscas, a fim de encontrarem outras pesquisas que possam ampliar as discussões aqui engendradas.

Nº	Autor	Título	Instituição	Ano	Categoria
3	Rui Leon Aenlhe Corrêa Junior	A história da África e dos afrodescendentes vai à escola: a Lei 10.639/2003 e os saberes docentes.	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2019	Dissertação
4	Tamires Cristina dos Santos	Etnografia de uma lei: o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2019	Dissertação
5	Daniela Galdino Nascimento	O terceiro espaço: confluências entre a literatura infanto-juvenil e a Lei 10.639/03.	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2019	Tese
6	Pedro Sérgio Pereira	África e população negra nos livros de História no Brasil: um estudo de obras didáticas para o Ensino Fundamental II.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo)	2019	Dissertação
7	Antônio Barros de Aguiar	História e cinema: filmes como ferramentas didáticas no ensino da história e cultura afrobrasileira no âmbito da Lei 10.639/03.	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	2019	Dissertação
8	Antonio Gomes Costa Neto	A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai: a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior.	Universidade de Brasília (UNB)	2019	Tese
9	Carolina Cristina dos Santos Nobrega	Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar.	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2019	Dissertação
10	Patricia Adriane Elias Pisani	De mãe para filha, histórias que se trançam: uma análise das narrativas sobre cabelo e feminilidades negras na literatura infanto-juvenil.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2019	Dissertação
11	Ana Carolina Bustamante Dias Souza	A identidade étnico-racial da criança: um olhar para os imaginários presentes em um ambiente escolar.	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2019	Dissertação
12	Natália Cristina Cabrera Araújo	Práticas de ensino etnicorraciais no currículo em ação no ensino fundamental I.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2019	Dissertação

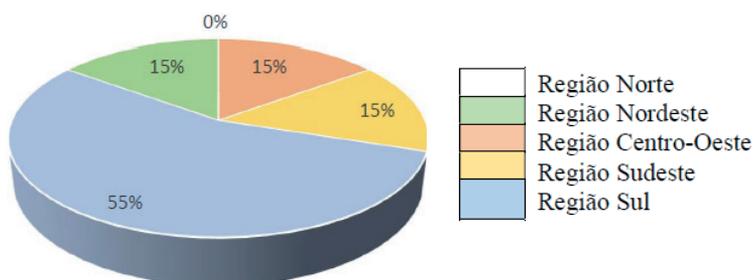
Nº	Autor	Título	Instituição	Ano	Categoria
13	Paula Anuniação Silva	A lei 10.639/03 e a prática docente de história na educação básica.	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	2020	Dissertação
14	Marlei Budny dos Santos Souza	Leis federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no ensino de inglês: contribuições sob a perspectiva da narrativa visual, do lapbook e dos jogos Boole.	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2020	Dissertação
15	Bruna Maria Cristina da Silva Mota	O ensino de história e cultura afro-brasileira nas publicações da revista Nova Escola (2003-2016).	Universidade estadual Paulista (UNESP)	2020	Tese
16	Vanessa Oliveira Gonçalves	Relações étnico-raciais no ensino de Ciências da Natureza: uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental.	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	2020	Dissertação
17	Tamara Vieira	Livros didáticos de sociologia do PNLN/2018: como são problematizadas a história e a cultura africana e afro-brasileira.	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	2020	Dissertação
18	Miriam Pereira de Souza Fagundes	O livro didático de história no ensino médio no CEPI Lyceu de Goiânia: representações sobre a diversidade cultural.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	2020	Dissertação
19	Gabriela Carvalho Guimarães Carneiro	A implementação da política de ensino de história e cultura Afro-Brasileira em escolas estaduais de Minas Gerais: dois estudos de caso.	Fundação José Pinheiro (FJP)	2020	Dissertação
20	Emanuelle Valéria Gomes de Lima	Princesas, Black Power e outros mares: a construção da identidade negra na produção infanto-juvenil de Kiusam de Oliveira.	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2020	Dissertação

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2021. Elaboração: Das autoras, out. de 2021.

Em observação ao quadro 1, é possível identificar 4 teses e 16 dissertações que fazem uma discussão de vários aspectos sobre Currículo, Livro didático e paradidático e Prática docente, categorias de análise articuladas neste trabalho. Em observação aos títulos dos trabalhos, por exemplo, é possível perceber as

inúmeras possibilidades de discussões que foram propostas e tecidas pelos(as) pesquisadores(as). Um aspecto para se ressaltar é apresentado no Gráfico 1: a espacialização geográfica das pesquisas, evidenciando o locus de produção destas.

Gráfico 1: Espacialização geográfica das pesquisas



Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2021.

Elaboração: Das autoras, out. de 2021.

O gráfico 1 permite tecer algumas considerações pertinentes a respeito da origem das pesquisas, evidenciando forte concentração em programas de pós-graduação da região Sul do Brasil (55%). Contraditoriamente, não foram encontrados trabalhos sobre os eixos em foco na região Norte, ao passo que foram identificados 45% das pesquisas nas regiões Nordeste (15%), Centro-Oeste (15%) e Sudeste (15%). Convém salientar que esta questão da concentração regional pode ser relativizada, haja vista não se ter dados sobre a origem dos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de estabelecer uma reflexão sobre a aplicação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar e seus desdobramentos na Educação Básica brasileira, além do estudo bibliográfico, as autoras deste trabalho fizeram pesquisa e análise de trabalhos acadêmicos (Quadro 1, seção da Metodologia), os quais serão apresentados, de forma resumida, a seguir, de acordo com a periodicidade delimitada (de 2019 a 2021).

Gomes (2019) analisa em sua tese **Quais os impactos da Lei nº 10.639/03?: a voz e a vez de adolescentes dizerem o que pensam**, a percepção de adolescentes de 13 a 17 anos sobre a Lei 10.639 de 2003, tendo em vista que este grupo vivenciou a implementação da mesma no currículo esco-

lar. A metodologia adotada pautou-se na aplicação de questionários, através da plataforma do Facebook, contemplando todo o território brasileiro, já que o pesquisador conseguiu a participação de respondentes nos 26 estados e no Distrito Federal. As categorias de análise trabalhadas foram: raça, racismo, branquitude e os privilégios que dela advêm, negritude e lugar de fala. Os resultados demonstram que há muito a se avançar na implementação da Lei, uma vez que, de acordo com os adolescentes, as questões relacionadas às africanidades ainda não são latentes no currículo escolar. A pesquisa demonstrou que os estudantes reconhecem a importância dos estudos sobre as africanidades na constituição de sua identidade e que, embora o tempo tenha passado, o racismo tem se mostrado cada vez mais declarado, e a intolerância religiosa e a branquitude acrítica têm ganhado força na atual conjuntura brasileira

Carvalho (2019) estuda em sua dissertação, cujo título é **A compartimentação curricular na implementação da Lei 10.639/2003 em uma escola estadual de Ponte Nova – MG**, as dificuldades encontradas na implementação da Lei 10.639/2003 na Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Antônio Coelho, vinculada a rede estadual de Minas Gerais. A pesquisa, de cunho qualitativo, buscou verificar a interdisciplinaridade na implementação da referida Lei, sugerindo um Plano Educacional, tendo como foco a atuação do professor e as dificuldades enfrentadas para a implantação da Lei. O estudo é relevante, pois “[...] é importante valorizar o ensino da cultura afro-brasileira não apenas porque está nos ditames da legislação vigente, mas também porque ela já é parte integrante da comunidade local” (CARVALHO, 2019, p. 15). O trabalho realizado permitiu estabelecer uma discussão sobre conceitos, apontamentos e embates no certame das questões da cultura africana e racismo no Brasil.

Corrêa Junior (2019) busca compreender, em sua dissertação **A história da África e dos afrodescendentes vai à escola: a Lei 10.639/2003 e os saberes docentes**, como o ensino de História da África e dos afrodescendentes vem sendo ensinado desde a implementação da Lei 10.639/2003. A metodologia contemplou a realização de entrevistas e a história oral para diagnosticar junto à professores, suas trajetórias, motivações e inspirações, analisando os seus diferentes saberes. Um aspecto importante considerado pelo pesquisador foi o processo de formação dos docentes, no sentido de pensar como este influenciou e influencia a prática pedagógica. Finalizando, o autor pontua que, ao longo dos anos de implementação da Lei 11.639/2003, há ainda muito a se percorrer e conhecer, tanto no que se refere às práticas dos professores, quanto

no impacto dos estudantes que se formam tendo iniciado a vida escolar com a sua obrigatoriedade.

Na dissertação **Etnografia de uma lei: o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena**, Santos (2019) estuda a modificação curricular sugerida pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas na Educação Básica. A pesquisa de tipo etnográfica buscou compreender os discursos e as ações em torno do processo de modificação curricular nas escolas, com base no estudo realizado junto a atores que participaram ativamente de tal processo, como os Técnicos em Assuntos Educacionais da SECADI/MEC, lideranças indígenas, dentre outros. A autora menciona ainda que “as políticas de ação afirmativa são criadas num contexto de exclusão social de alguns grupos [...] que historicamente foram e ainda são [...] excluídos de processos ligados ao sistema educacional [...]” (SANTOS, 2019, p. 118).

A tese denominada **O terceiro espaço: confluências entre a literatura infanto-juvenil e a Lei 10.639/03**, escrita por Nascimento (2019), trata sobre o lugar da literatura infanto-juvenil no ensino de história e cultura afro-brasileira. A autora analisa os impactos da implantação da citada Lei nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), no mercado editorial e campo literário brasileiro, no período de 2003 a 2010. A autoria negra, o protagonismo de personagens negras/os, a reversão de estereótipos raciais, as representações diaspóricas, o olhar da tradução cultural e as afromitologias são alguns componentes enunciativos no contexto do Terceiro espaço, que pode ser compreendido “enquanto energia antagônica - para abordar a reconfiguração da escrita literária infanto-juvenil e discutir a transformação de valor cultural no âmbito da criação literária: a tensa transição da condição de objeto a sujeito da enunciação [...]” (NASCIMENTO, 2019, p. 8).

O estudo de mestrado denominado **África e população negra nos livros de História no Brasil: um estudo de obras didáticas para o Ensino Fundamental II**, de Pereira (2019), investiga como a temática África e a população negra é concebida e articulada em livros de História voltados para o Ensino Fundamental II, a partir das nuances impulsionadas pela Lei 10.639/2003. Para tanto, fez uma análise comparativa de coleções didáticas em dois períodos distintos: uma antes da citada Lei (1995) e outra após a mesma (2016), diagnosticando que a apreciação mais recente mostra uma evolução no trato da temática, já que

os materiais didáticos passaram a fazer mais referências positivas à cultura negra e a África.

Aguiar (2019), na dissertação **História e cinema: filmes como ferramentas didáticas no ensino da história e cultura afro-brasileira no âmbito da Lei 10.639/03**, propõe a utilização didático-pedagógica dos filmes Orfeu Negro (1959), de Marcel Camus) e Ganga Zumba (1963), de Carlos Diegues. O objetivo é trabalhar com os filmes numa perspectiva histórica e crítica, superando a visão do entretenimento. A semiótica foi um aporte recorrida para que fosse possível tecer a construção das representações sobre o negro no Brasil. A linguagem cinematográfica foi trabalhada nesta dissertação para dar vez e voz ao conteúdo expresso na referida Lei, ultrapassando o viés estético.

Costa Neto (2019), em sua tese intitulada **A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai: a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior**, desenvolve um estudo na perspectiva comparada para investigar como se dá a política de combate ao racismo em cursos de nível superior no Brasil e no Uruguai. Para tanto, o autor utilizou as Leis 10.639/2003 e 19.122/2013 que trata, respectivamente, no Brasil e no Uruguai, sobre a questão das relações étnico-raciais. A partir da análise documental e realização de entrevistas, foi possível constatar que em ambos os países, a temática em questão foi trabalhada de forma transversalizada no currículo e que ainda existem dificuldades para a concretização de políticas mais eficazes para o combate ao racismo. Finalizando, o autor observou que “o Brasil dispõe de mecanismos de acreditação educacional”, ao passo que “o Uruguai ainda é incipiente em avaliações institucionais”. Ele suscita ainda um desafio para os dois países que é “a ausência de participação dos órgãos de igualdade racial”, o que contribui para “a manutenção do racismo institucional” (COSTA NETO, 2019, p. 275).

Na dissertação **Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar**, Carolina Cristina dos Santos Nobrega (2019) realiza uma intervenção pedagógica junto a professores(as) e coordenadores(as) do curso de educação física numa perspectiva antirracista. Para tanto, a autora desenvolveu um estudo bibliográfico e aplicação de onze entrevistas semiestruturadas, a fim de diagnosticar quais docentes da referida área do conhecimento desenvolviam ações de combate ao racismo. O estudo permitiu elencar cinco categorias de análise, a saber: identidade negra, formação docente, diversidade étnico-racial e

currículo; professor(a) e escola; e pedagogia da diversidade na educação física. Finalizando, Nobrega (2019) aborda que não conseguiu perceber, em sua pesquisa, um coletivo de professores preocupados com a questão étnico-racial, embora seja possível diagnosticar que algumas propostas voltadas para a diversidade cultural tenham começado a ser esboçadas.

Pisani (2019), em sua dissertação intitulada **De mãe para filha, histórias que se trançam: uma análise das narrativas sobre cabelo e feminilidades negras na literatura infanto-juvenil**, analisa as representações de feminilidades negras em livros de literatura infanto-juvenil como tecnologias de gênero constituídas em articulação com marcadores identitários de raça/etnia. Para tanto, selecionou e analisou livros de literatura infanto-juvenil que focam meninas negras como protagonistas e que privilegiam o tema “cabelo”. A autora priorizou livros publicados após a Lei 10.639/2003, período em que a produção editorial de temática africana e afro-brasileira passa a ter maior representatividade e caracteriza-se por apresentar discursos que visam à superação da representação inferiorizada de personagens negras. Entendidos como contranarrativas, os livros são abordados a partir da concepção de que possuem qualidades políticas e materializam relações de poder.

Souza (2019), em sua pesquisa **A identidade étnico-racial da criança: um olhar para os imaginários presentes em um ambiente escolar**, desenvolve uma análise sobre as relações étnico-raciais na escola, com crianças da educação infantil, a partir de um trabalho relativo à Lei 10.639/2003. Conceitos como identidade e identidade étnico-racial foram fundamentados em autores como Munanga (2004, 2005, 2009), Gomes (2003, 2004, 2007, 2013) e Hall (1999, 2005). A autora fez entrevistas com os responsáveis das crianças, evidenciando a importância da escola trabalhar com um novo olhar, primando pela dimensão cultural, práticas simbólicas e valorização das diferenças. Além disso, Souza reforça a necessidade da escola iniciar desde cedo o trabalho com as relações étnico-raciais.

A dissertação intitulada **Práticas de ensino etnicorraciais no currículo em ação no ensino fundamental I**, escrita por Araújo (2019), articula a educação das relações étnico-raciais prevista na Lei 10.639/2003. O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira é questão abordada no trabalho. O objetivo geral desta pesquisa é compreender como se articula o trabalho com a educação das relações etnicorraciais, a fim de identificar práticas que reve-

lam potencial de superação de preconceitos e das desigualdades. O estudo foi desenvolvido em uma unidade escolar da rede municipal de ensino do município de São Carlos, SP, por meio de uma pesquisa do tipo intervenção, na qual a pesquisadora também era a professora da turma. A análise dos dados revelou que é possível trabalhar pedagogicamente com as relações étnico-raciais em todos os componentes curriculares no ensino fundamental – anos iniciais, quer de forma previamente planejada, quer espontânea, a partir de situações geradas no currículo em ação.

Silva (2020), na dissertação intitulada **A lei 10.639/03 e a prática docente de história na educação básica**, questiona a aplicação da Lei 10.639/2003, focando nas práticas de docentes de História que atuam no Ensino Médio da rede estadual paulista. De cunho qualitativo, a sua pesquisa trabalhou com as seguintes categorias de análise: racismo estrutural, conscientização, descolonização e antirracismo. Embora tenha constatado que ocorreram avanços no trato com a temática em questão, a autora infere que as iniciativas ainda estão no plano individual, ligadas à trajetória de vida e de luta de muitos professores, carecendo de uma ação mais estrutural por parte da referida rede de ensino.

O estudo de mestrado denominado **Leis federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no ensino de inglês: contribuições sob a perspectiva da narrativa visual, do lapbook e dos jogos Boole**, realizado por Souza (2020), traz como proposta a criação de atividades diversificadas e interdisciplinares para a articulação das referidas Leis no ensino da língua inglesa. “Um lapbook refere-se a um material utilizado para organizar de forma esquemática toda informação aprendida sobre um tema. [...] Torna-se, portanto, uma forma visual, simples e divertida de retomar o que se aprendeu” (p. 13). Outra sugestão apresentada foi o trabalho com jogos boole, os quais visam o desenvolvimento do raciocínio lógico por meio de histórias edificadas por meio de enigmas ou problemas. A metodologia previu estudo bibliográfico e a elaboração e realização dos jogos em sala de aula, evidenciando que a prática lúdica contribui para a dinamização do trato das temáticas em tela, tornando os processos de ensino e de aprendizagem mais criativos.

A tese de Mota (2020), **O ensino de história e cultura afro-brasileira nas publicações da revista Nova Escola (2003-2016)**, analisa como se deu a inserção da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar, tendo como objeto de estudo as publicações da Revista Nova Escola, no período de 2003 a 2016. O objetivo é compreender, através da Análise Crítica do Discurso, quais

as concepções que a referida Revista articula sobre a questão do negro e como encaminha esta questão. De acordo com o estudo empreendido, a temática é trabalhada de forma estereotipada, sem evidenciar a essência da história e cultura afro-brasileira e africana como eixos centrais na construção identitária brasileira. O modelo eurocêntrico ainda aparece, em alguns momentos, como norteador das discussões propostas, ratificando permanências do discurso vigente.

Gonçalves (2020), em sua dissertação **Relações étnico-raciais no ensino de Ciências da Natureza: uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental**, analisa a relação entre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e o ensino de Ciências a partir de livros didáticos. A autora buscou fazer a problematização da temática no currículo de Ciências, questionando também sobre os processos de formação e atuação do professor. O estudo evidenciou um silenciamento das questões étnico-raciais nos livros didáticos, o que representa um equívoco, já que tal recurso pode evidenciar “os processos históricos que estruturam as ideologias racistas e a ciência não é isenta nessa construção, pelo contrário, a ciência constrói um discurso de autoridade, apoiada numa convicção de neutralidade” (GONÇALVES, 2020, p.43). Finalizando, a autora revela ainda que “nas constatações foram observadas que os conteúdos relativos às questões étnico-raciais não foram inseridos de modo a alterar a perspectiva eurocêntrica, hegemônica no trato com a memória histórica” (Ibidem).

A pesquisa de mestrado, **Livros didáticos de sociologia do PNLD/2018: como são problematizadas a história e a cultura africana e afro-brasileira**, de Vieira (2020), investiga como os conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira são trabalhados em livros didáticos de Sociologia distribuídos a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018. O aporte metodológico focou a análise do discurso, sendo possível selecionar as seguintes categorias de análise: desigualdade racial, trabalho, racismo, violência urbana, dentre outras. A análise proposta identificou a necessidade de avanços no trato de saberes trazidos pelos africanos e afro-brasileiros. Então, essa é uma temática que precisa ser trabalhada com maior relevância no ambiente escolar, de modo a desnaturalizar práticas racistas.

Fagundes (2020) busca compreender, em sua dissertação, **O livro didático de história no ensino médio no CEPI Lyceu de Goiânia: representações sobre a diversidade cultural**, como se dá os processos de seleção e utilização do livro didático de História no Ensino Médio no Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, focando nas imagens de grupos subalternizados, defendidos nas Leis

10.639/2003 e 11.645/08, especialmente os negros. A autora trabalhou com as categorias de representação social, consciência histórica e diversidade cultural. A metodologia contemplou a análise de livros didáticos voltados para o Ensino Médio, sendo possível perceber que o referido recurso ocupa lugar de destaque na ação docente, devendo constituir-se num espaço de reflexão. A pesquisa permitiu perceber que o livro didático tem influência na vinculação de imagens estereotipadas de grupos, como os negros e os indígenas.

Carneiro (2021), em sua dissertação **A implementação da política de ensino de história e cultura Afro-Brasileira em escolas estaduais de Minas Gerais: dois estudos de caso**, visa identificar e analisar o processo de implantação da política de ensino de história e cultura afro-brasileira, suas dificuldades e seus determinantes a partir do caso de duas escolas da rede estadual em Minas Gerais. A escolha justifica-se “pela necessidade de verificar a capacidade estatal para a política de promoção de igualdade racial no estado de Minas Gerais” (CARNEIRO, 2021, p. 7). Ao final, demonstrou-se que a política precisa se institucionalizar na dimensão macro, enquanto os aspectos da dimensão micro estão mais fortalecidos para as duas escolas do estudo de caso. Sendo que o estado de Minas Gerais possui diversos desafios tanto na área de educação quanto no combate ao racismo.

A dissertação de Lima (2021), **Princesas, Black Power e outros mares: a construção da identidade negra na produção infanto-juvenil de Kiusam de Oliveira**, busca, a partir do viés literário, diagnosticar as representações étnico-raciais positivas, principalmente depois da implantação da Lei 10.639/2003. As obras *Omo-oba: histórias de princesas* (2009), *O mundo no black Power* de Tayó (2013) e *O mar que banha a ilha de Goré* (2014), escritos por Kiusam de Oliveira são analisadas, permitindo constatar que as narrativas se centram na valorização das culturas africanas, resgatando a herança ancestral e o empoderamento feminino, reforçando as construções afirmativas e identitárias.

A análise das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no período de 2019 a 2021 sobre a Lei 10.639/2003, com foco nas categorias de análise Currículo; Livro e Livro Paradidático; e Prática docente aborda que, apesar de avanços na discussão e trato com a temática, a educação brasileira ainda está permeada por aspectos críticos, como: a negação e desvalorização da história afro-brasileira e, conseqüente, enaltecimento de valores e culturas eurocêntricas; o apagamento da diversidade racial; a fomentação de comportamentos racistas, xenofóbicos e preconceituosos; o incentivo a práticas que geram estereótipos, desigualdade,

intolerância e violência; dentre outros. Tais questões precisam ser amplamente debatidas e (re)pensadas, pois são de suma importância para o alcance da construção/consolidação de uma identidade pautada no multiculturalismo, como abordou Munanga (2015).

Segundo Munanga (2015, p. 25), é fundamental romper com práticas e comportamentos que distorcem e tratam de forma “falsificada e preconceituosa” elementos da história que estão fora do contexto europeu. Só resgatando valores e a cultura de outros povos, a exemplo da cultura afro-brasileira, a partir de um trabalho efetivo, é que novos rumos poderão ser edificados na educação do Brasil.

Neste sentido, Silva (2005) articula sobre a prática docente, questão basilar quando se almeja implementar a Lei 10.639/2003, a partir de um olhar diverso e afirmativo. Vale dizer que a prática docente é fruto de um processo de formação que, muitas vezes, ocorre de forma descontextualizada e ainda pautada na colonialidade do poder e na visão eurocêntrica, como trouxe Quijano (2005). Por isso, cabe ao poder público elaborar políticas públicas educacionais voltadas para os cursos de licenciatura, a fim de favorecer um processo formativo crítico, capaz de romper com as barreiras relatadas. A formação continuada também deve ser incentivada como meio de ampliar e melhorar as condições de trabalhos de professores(as) já formados(as) e que não tiveram a oportunidade de aprender/debater sobre a temática central aqui tratada.

Gomes (2007) discorre sobre currículo, categoria de análise considerada estruturante neste artigo, pois, para se pensar na reconfiguração de um processo formativo e de práticas docentes, torna-se essencial pensar numa questão basilar: a produção do conhecimento. Falar sobre currículo é falar sobre quais conhecimentos estão sendo valorizados em detrimento de outros e por quais motivos, afinal, de uma vez por todas, as questões sobre a história e cultura afro-brasileira precisam entrar em cena na Educação Básica do Brasil.

Outro aspecto relevante, articulado por Silva (2005), refere-se à importância de se trabalhar de forma diferenciada com o Livro didático, afinal o livro é um recurso bastante utilizado em sala de aula e que passa uma mensagem explícita ou implícita sobre um dado tema. Neste interim, qual(is) mensagem(ns) os livros didáticos e paradidáticos estão transmitindo sobre a história e cultura afro-brasileira? As reflexões estão sendo devidamente estabelecidas, ao longo deste texto, embora muitas outras questões possam surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi produzido a partir do anseio de investigar e compreender como a Lei 10.639/03 está sendo articulada no currículo da Educação Básica brasileira desde a sua implantação até a atualidade. Para tanto, as autoras realizaram pesquisa e estudo bibliográfico, documental e bibliométrico, em momentos distintos, mas sempre estabelecendo um elo entre eles, a fim de consubstanciar a discussão a que se propuseram.

A opção de trabalhar com a bibliometria merece ser resgatada, tendo em vista que, embora este seja um método quantitativo para fazer a busca/diagnóstico de trabalhos acadêmicos em determinadas plataformas, permite a análise qualitativa de um fato/fenômeno a partir dos dados encontrados. As buscas aqui realizadas se pautaram na plataforma da BDTD, entre 2019-2021, descortinando pesquisas acadêmicas sobre a temática central, a LEI 10.639/2003, e as categorias de análise estabelecidas (Currículo, Livro didático e paradidático e Prática docente).

O processo engendrado favoreceu uma série de descobertas e inquietações, as quais foram focadas e discutidas, principalmente, na presente seção. No entanto, convém retomar os questionamentos lançados logo no início do artigo: Após mais de 20 anos de implementação da Lei 10.639/2003, ainda há uma discussão profícua sobre a temática em tela? Quais mudanças aconteceram no currículo escolar da Educação Básica brasileira desde a sua criação até a atualidade?

As vinte pesquisas selecionadas versam sobre aspectos diversificados, fomentando discussões que mostram, em suma, como é possível estudar, refletir e discutir sobre a história da cultura afro-brasileira a partir de vários subtemas, olhares, metodologias e referenciais sem perder a originalidade da questão basilar. Então, em resposta ao primeiro questionamento realizado, vale afirmar a atualidade e persistência do debate que, inclusive, vem sendo fortalecido, principalmente, a partir da ação de grupos sociais, a exemplo do movimento negro.

A partir do tema geral e das discussões feitas no bojo das pesquisas acadêmicas utilizadas, identificou-se que ocorreram avanços pertinentes quanto à implementação da lei no currículo da educação brasileira, ao longo destes 21 anos, ponto que responde ao segundo questionamento em tela. No entanto, em muitas instituições de ensino, as questões referentes à cultura e história afro-brasileira ainda são trabalhadas de forma pontual, concentradas em

datas comemorativas, o que é um equívoco diante da discussão levantada. Por isso, é essencial que essa temática passe a fazer parte do cotidiano educacional, mediante a realização de debates e práticas dinâmicas, contextualizadas e críticas.

Considerando, portanto, que a discussão sobre a Lei permanece e que transformações advém de tudo isso, vale afirmar que avanços aconteceram e mudanças são vistas na educação e na sociedade como um todo, tendo sido diagnosticadas as seguintes contribuições: o resgate da história da África e de sua herança cultural para a formação do povo brasileiro; a compreensão e discussão sobre racismo como questão estrutural e ligada às relações de poder; a construção e valorização da identidade e das diferenças; o questionamento do discurso vigente, como forma de dar vez, voz e empoderamento a uma população que durante muito tempo foi (e ainda é) oprimida; o reconhecimento da escola enquanto ambiente capaz de fomentar uma discussão profícua sobre a diversidade e a multiplicidade cultural, dentre outras questões.

No entanto, os dados também relevam uma outra face que, embora seja delicada de se assumir em pleno século 21, ainda persiste: a face da intolerância (racial e religiosa, por exemplo); da exclusão; dos estereótipos; da linguagem neutra; do preconceito velado e até explícito, da violência etc. Tais questões são sérias e precisam ser debatidas para serem minimizadas, afinal estamos num país que tem mais da metade da população (112.739,744 dos 203.080,756 milhões do total de habitantes) declarada como parda e preta, segundo dados do IBGE em 2022. Então, por que ainda tratar de forma preconceituosa e omissa tal população?

O aporte teórico-documental e as pesquisas que embasaram as discussões aqui realizadas, permitem inferir que o tratamento omissivo dado à história e cultura afro-brasileira ao longo do tempo, justifica-se pela opção de se adotar um modelo de sociedade pautado em valores e na cultura eurocêntrica, fruto de uma herança colonial, o que não cabe mais nos dias atuais. É preciso romper de fato com tal modelo, reconhecendo e respeitando o caráter eclético e multicultural da população brasileira.

Um caminho é alertar para a responsabilidade de um importante ator social: o poder público. Neste interim, cabe ao mesmo investir em políticas públicas educacionais que possam reconfigurar o processo de formação inicial e continuada de professores; reestruturar o currículo, questionando quais conhecimentos estão sendo discutidos e construídos na escola nos diversos

níveis de ensino, principalmente na Educação Básica; e quais recursos (livros, livros paradidáticos e outros) são selecionados, tendo em vista que eles passam uma mensagem para os estudantes.

Em suma, acredita-se que o movimento de transformação deva ser dinâmico e embora se defenda aqui que deva ser motivado no cenário educacional, no âmbito das escolas, através de um processo de reflexão consciente, o mesmo deve ser acolhido por outras esferas da sociedade, como forma de se tentar alcançar uma mudança mais efetiva e consistente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Barros de. **História e cinema**: filmes como ferramentas no ensino de história e cultura afro-brasileira no âmbito da Lei 10.639/03. 2019. 148f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

ARAÚJO, Natália Cristina Cabrera de. **Práticas de ensino etnicorraciais no currículo em ação no ensino fundamental I**. 2019. 153f. Dissertação. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2019.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/>> Acesso em: out. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso: 10 out. 2024.

CARNEIRO, Gabriela Carvalho Guimarães. **A implementação da política de ensino de história e cultura Afro-Brasileira em escolas estaduais de Minas**

Gerais: dois estudos de caso. 2021. 181 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, Mírian Janaína Conde. **A compartimentação curricular na implementação da Lei 10.639/2003 em uma escola estadual de Ponte Nova – MG.** 2019. 121f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2019.

CORRÊA JUNIOR, Rui Leon Aenlhe. **A história da África e dos afrodescendentes vai à escola:** a Lei 10.639/2003 e os saberes docentes. 2019. 185f. Dissertação. (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2019.

COSTA NETO, Antonio Gomes. **A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai:** a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior. 2019. 351f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FAGUNDES, Miriam Pereira de Souza. **O livro didático de história no ensino médio no CEPI Lyceu de Goiânia: representações sobre a diversidade cultural.** 2020. 114f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; Nascimento, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre o currículo.** Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação:** ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5c-fZ4M/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Libertando-se das amarras:** reflexões sobre gênero, raça e poder. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/gomes.html>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

GOMES, Paulo Fabrício Roquete. **Quais os impactos da Lei nº 10.639/03?: a voz e a vez de adolescentes dizerem o que pensam.** 2019. 179f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

GONÇALVES, Vanessa Oliveira. **Relações étnico-raciais no ensino de Ciências da Natureza:** uma análise dos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental. 2020. 105f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis/GO, 2020.

IBGE. População. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal>. Acesso em 19 de out. de 2024.

LIMA, Emanuelle Valéria Gomes de. **Princesas, Black Power e outros mares:** a construção da identidade negra na produção infanto-juvenil de Kiusam de Oliveira. 2021. 142f. Dissertação. (Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2021.

MOTA, Bruna Maria Cristina da Silva. **O ensino de história e cultura afro-brasileira nas publicações da revista Nova Escola (2003-2016).** 2020. 170f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade estadual Paulista, São Paulo, 2020.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf >. Acesso em: 14 out. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Daniela Galdino. **O terceiro espaço:** confluências entre a literatura infanto-juvenil e a lei 10.639/03. 2019. 356f. Tese. (Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. **Educação antirracista no município de São Paulo:** análise das experiências pedagógicas na área de educação física esco-

lar. 2019. 219f. Dissertação. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2019.

PEREIRA, Pedro Sérgio. **África e população negra nos livros de História no Brasil**: um estudo de obras didáticas para o Ensino Fundamental II. 2019. 172f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PISANI, Patricia Adriane Elias. **De mãe para filha, histórias que se trançam**: uma análise das narrativas sobre cabelo e feminilidades negras na literatura infanto-juvenil. 2019. 118f. Dissertação. (Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade) -Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.p.117-142. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod_resource/content/1/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

SANTOS, Tamires Cristina dos. **Etnografia de uma lei**: o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. 2019. 129f. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2019.

SILVA, Paula Anunciação. **A lei 10.639/03 e a prática docente de história na educação básica**. 2020. 131f. Dissertação. (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf >. Acesso em: 14 out. 2024.

SOUZA, Marlei Bundy dos Santos. **Leis federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no ensino de inglês**: contribuições sob a perspectiva da narrativa visual, do lapbook e dos jogos Boole. 2020. 113f. Dissertação. (Mestrado em Profissional em Ensino de Letras Estrangeiras Modernas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

SOUZA, Ana Carolina Bustamante Dias. **A identidade étnico-racial da criança:** um olhar para os imaginários presentes em um ambiente escolar. 2019. 115f. Dissertação. (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

VIEIRA, Tamara. **Livros didáticos de sociologia do PNL D/2018:** como são problematizadas a história e a cultura africana e afro-brasileira. 2020. 158f. Dissertação. (Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.